



Ministério da Educação
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
Conselho Diretor
UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 02/2016

Em consonância com o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna para o exercício de 2016 (PAINT 2016) e com as atividades definidas no Programa de Auditoria nº 03/2016, é apresentado – a seguir – o relato das avaliações realizadas por esta Unidade de Auditoria Interna (UAUDI) no decorrer de seus trabalhos.

Reiteramos que – a partir de 2016 – os relatórios serão emitidos à medida que as ações de auditoria forem sendo finalizadas, de maneira a dar maior tempestividade ao reporte realizado à Alta Administração do Cefet/RJ.

I. ESCOPO DO TRABALHO

As atividades foram desenvolvidas na unidade Maracanã – sede do CEFET/RJ – onde se encontra sediada a UAUDI, no período compreendido entre 01/02/2016 e 23/03/2016. O objetivo geral do trabalho consistia em emitir julgamento acerca dos exames realizados na subação contida na ação Controles da Gestão. Ademais, igualmente buscou-se orientar os gestores tempestivamente quanto às providências a serem tomadas e às correções a serem feitas quando quaisquer irregularidades eram encontradas, demonstrando proatividade nos trabalhos da auditoria e parceria para com a gestão.

Todas as verificações foram executadas de maneira satisfatória, não sendo identificada nenhuma restrição no decorrer dos trabalhos. Cabe destacar que os gestores das áreas auditadas atenderam às solicitações adequadamente e – quando foi o caso – receberam os servidores da UAUDI de maneira cordial, não impondo obstáculos à realização de reuniões para buscas de soluções e facilitando, assim, o alcance do objetivo do trabalho da auditoria.



Ministério da Educação
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
Conselho Diretor
UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

As amostras foram escolhidas pelo método não probabilístico por meio de julgamento, no qual os elementos da população selecionada não possuem probabilidade conhecida e é utilizado o arbítrio do auditor para selecionar os itens da população que podem vir a ser boas fontes de informação precisa.

A seleção dos assuntos auditados observou os seguintes critérios a serem examinados ao longo das atividades:

CONTROLES INTERNOS: FORMALIZAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO

- Atender ao item 5.7 previsto na PT/TCU nº 321/2015, concernente às informações da Unidade de Auditoria Interna a serem inseridas no Relatório de Gestão.
- Analisar 100% do conteúdo do Relatório de Gestão do exercício de 2015, avaliando a observância das normas quando da sua formalização.

II. RESULTADO DOS EXAMES

PROGRAMA DE AUDITORIA: 03/2016

AÇÃO: 01 CONTROLES DA GESTÃO

SUBAÇÃO: 01.02 CONTROLES INTERNOS

ASSUNTO: 01.02.01 FORMALIZAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO

RESULTADO: 01.02.01.01 INFORMAÇÃO

1. Objetivos:

- a) Elaborar o conteúdo do Relatório de Gestão, relativo ao estabelecido no inciso I, artigo 6º, da DN TCU nº 146/2015.
- b) Verificar a conformidade do Relatório de Gestão do exercício de 2015 da Instituição, com os normativos e orientações do TCU.

2. Resumo:



Ministério da Educação
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
Conselho Diretor
UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

O Relatório de Gestão (RG) é peça integrante do Processo de Contas Anual da Unidade Jurisdicionada (UJ) ao Tribunal de Contas da União (TCU). É elaborado com base nas informações fornecidas pelas unidades administrativas, acadêmicas e pelos órgãos suplementares que compõem o sistema Cefet/RJ. O Relatório de Gestão é apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que a UJ está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal e é elaborado de acordo com as disposições dos seguintes normativos:

a) Normas gerais da prestação de contas anual:

- Resolução TCU nº 234/2010
- Resolução TCU nº 244/2011
- Instrução Normativa TCU nº 63/2010
- Instrução Normativa TCU nº 72/2013

b) Normas específicas das contas de 2015:

- Decisão Normativa TCU nº 146/2015
- Decisão Normativa TCU nº 147/2015
- Portaria TCU nº 321/2015
- Portaria CGU nº 522/2015

A Direção Geral instituiu – através da Portaria nº 1.479, de 05/10/2015 – a Comissão de Elaboração do Relatório de Gestão (CERG) do Cefet/RJ para o exercício de 2015, presidida pelo Diretor de Gestão Estratégica e composta pelos Diretores Sistêmicos da UJ, tendo sido estabelecidas as seguintes atribuições:

- a) Coordenar a confecção do Relatório de Gestão (RG) do Cefet/RJ;
- b) Mapear os responsáveis pelas informações que compõem o RG;
- c) Consolidar as informações geradas pelo sistema Cefet/RJ;
- d) Promover a análise das informações que farão parte do RG; e



Ministério da Educação
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
Conselho Diretor
UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

- e) Informar tempestivamente ao Diretor-Geral qualquer problema que ponha em risco a apresentação final do RG ao Conselho Diretor (CODIR).

Igualmente foi estabelecido o seguinte cronograma de atividades da CERG:

- a) Levantamento dos dispositivos legais e dos dados necessários para o RG – até 30/10/2015;
- b) Mapeamento das competências e responsabilidades sobre os dados – até 16/11/2015;
- c) Envio dos dados dos departamentos e gerências para a Comissão – até 25/01/2016;
- d) Consolidação do RG – até 05/02/2016;
- e) Envio para apreciação do CODIR – até 26/02/2015; e
- f) Disponibilização do RG para criação do Processo de Prestação de Contas – até 11/03/2016.

3. Conjuntura

A fim de serem alcançados satisfatoriamente, os objetivos foram desdobrados em três objetivos específicos. O julgamento final dos dados apresentados é feito no item **Análise da Auditoria Interna**. Já a resposta dos gestores quanto à Solicitação de Auditoria emitida encontra-se descrita no item **Manifestação do Gestor**.

Objetivo específico 1: Atender ao item 5.7 do Anexo Único da PT/TCU nº 321/2015, com as informações requeridas sobre a atuação da Unidade de Auditoria Interna.

Este objetivo específico foi cumprido por meio do envio das informações solicitadas, em mensagem eletrônica à Diretoria de Gestão Estratégica em 29/01/2016, no horário das 15:56:49h.

Objetivo específico 2: Avaliar a conformidade das informações requeridas pela PT/TCU nº 321/2015 e que devem constar do Relatório de Gestão.

Objetivo específico 3: Analisar se a apresentação do Relatório de Gestão encontra-se em consonância com o padrão estipulado no Anexo Único da PT/TCU nº 321/2015.



Ministério da Educação
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
Conselho Diretor
UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

Com o intuito de serem alcançados os objetivos específicos 2 e 3, foram enviadas Solicitações de Auditoria para atendimento por parte da Comissão de Elaboração do Relatório de Gestão (CERG). A Solicitação de Auditoria nº 03/2016/01 – emitida em 01/02/2016 – solicitava à Diretoria de Gestão Estratégica a disponibilização do Relatório de Gestão (RG) referente ao exercício de 2015. Em 15/02/2016 foi emitida a SA nº 03/2016/02, requerendo novamente o RG – até 22/02/2016 – para análise da Auditoria Interna. Pelo fato de o mesmo não ter sido entregue no prazo estipulado, foi emitido, em 26/02/2016, novo documento (SA nº 03/2016/03) solicitando a justificativa para que o RG não tenha sido disponibilizado, bem como a motivação para que o cronograma estipulado por meio da Portaria nº 1.479/2015 não tenha sido cumprido.

4. Manifestação do Gestor

Em 04/02/2016, a DIGES encaminhou o Memorando nº 12/2016, em resposta à SA nº 03/2016/01.

Tendo em vista que até a presente data recebemos parcialmente os dados que compõem o relatório de gestão, e após o recebimento ainda será necessário um tempo para a adequação e formatação dos dados, solicitamos a prorrogação do prazo estipulado no Memorando nº 04/2016/UAUDI¹, de 15/01/2016.

Já em 01/03/2016, a DIGES enviou o Memorando nº 16/2016, em resposta à SA nº 03/2016/03.

Em resposta à SA nº 03/2016/03, de 26/02/2016, informamos que não foi possível atender ao solicitado por meio da SA nº 03/2016/01, de 01/02/2016, em virtude de dois motivos cruciais. O primeiro é que a DIGES terminou de receber o montante das informações para complementação do RG somente em 19/02/2016, após o processamento dessas informações gerou novas demandas listadas no quadro 1, em anexo. O segundo é que a Portaria-TCU nº 321, de 30/11/2015, instituiu uma série de itens e subitens que não existiam nos relatórios de anos anteriores, exigindo dessa diretoria um período maior para processamento e registro das informações. Os referidos motivos

¹ Este memorando fez referência equivocada ao Memorando nº 04/2016/UAUDI, em lugar da SA nº 03/2016/2016.



Ministério da Educação
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
Conselho Diretor
UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

também são fatores preponderantes para o descumprimento do cronograma de trabalho apresentado na portaria nº 1.479 de 05/10/2015.

Saliento, em caráter informativo, que o trabalho de construção do Relatório de Gestão 2015 do CEFET-RJ, feito pela DIGES, está completo, só aguardando as informações constantes do citado quadro 1 para sua entrega, apresentação.

O quadro 1, citado anteriormente, é apresentado no Anexo A a este Relatório.

5. Solicitação de Auditoria Especial

A Alta Administração do Cefet/RJ – através do Memorando nº 11/2016/DIREG, de 17/03/2016 – requereu que fosse realizada uma auditoria especial, a fim de que o Relatório de Gestão pudesse ser avaliado, mesmo que fora do prazo estabelecido no cronograma inicial. O mesmo citava que:

Diante do atraso no fechamento e na finalização do texto do Relatório de Gestão do Exercício de 2015 pela Diretoria de Gestão Estratégica e conhecedor de que a ação de auditoria correspondente à avaliação do referido documento finalizou em 29/02/2016 - segundo previsto no PAINT 2016, solicito uma Auditoria Especial para que o Relatório de Gestão seja devidamente analisado por essa Unidade de Auditoria Interna.

Foram considerados os seguintes aspectos para o aceite da mesma:

1. A avaliação do Relatório de Gestão é de suma importância para a Instituição e oferece transparência sobre as contas da mesma aos órgãos de controle e à sociedade em geral;
2. É imprescindível que o Parecer a ser apresentado ao TCU contenha a avaliação das contas do Cefet/RJ pela Auditoria Interna;
3. No ano de 2015 a Auditoria se absteve de emitir opinião sobre o Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2014 pelo fato de não dispor da documentação para análise;



Ministério da Educação
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
Conselho Diretor
UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

4. O Relatório de Gestão encontrava-se devidamente finalizado e já em poder desta UAUDI para análise;
5. Foi informado pela CGU (por meio de consulta telefônica) que não é viável emitir Parecer relativo às contas com abstenção de opinião por limitação de escopo, já que o Relatório de Gestão foi entregue e os cronogramas de trabalho podem sofrer modificações caso necessário;
6. Há previsão no Regimento Interno da UAUDI, em seu art. 20 e parágrafo único;
7. Após consulta eletrônica à CGU, o referido órgão apontou como sendo uma solução adequada ao pedido de análise do RG fora do prazo pela Alta Administração do Cefet/RJ;
8. O MEC encaminhou informações relevantes a serem inseridas no Relatório de Gestão – e que precisavam de formatação – somente em 24/02/2016; e
9. A IN nº 24/2015 – a qual foi emitida após a elaboração do PAINT 2016 – não estabelece a obrigatoriedade de previsão de carga horária para as ações de auditoria a serem realizadas e nem a rigidez do cronograma do planejamento de auditoria.

Ao longo da auditoria especial, foram enviadas três Solicitações de Auditoria apontando algumas impropriedades e/ou inconsistências para manifestação da gestão, a qual é reproduzida a seguir:

6. Manifestação do Gestor (Auditoria Especial)

Em 22/03/2016, a DIGES encaminhou o Memorando nº 26/2016, apresentando as justificativas a seguir:

Em atendimento a Solicitação de Auditoria nº 03/2016/04, de 21/03/2016, informamos conforme segue:

Item 1) Informamos que retificamos as informações apresentadas de forma a atender de forma completa ao item 4.1.3 do Relatório de Gestão 2016. No RG foi acrescentado que, em paralelo ao cronograma do Planejamento Estratégico Anual apresentado, estão em processo de elaboração novos indicadores para aprimorar a gestão da instituição, onde serão incorporados os objetivos do CEFET-RJ, no que diz respeito ao ensino, à pesquisa e à extensão. Também se encontra em fase de



Ministério da Educação
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
Conselho Diretor
UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

elaboração, com previsão de finalização em setembro de 2016, um novo sistema de controle para o atingimento de metas relacionadas a estes indicadores do PDI 2015-2019.

Item 2) Relativamente ao item 4.1.4 foi alterado conforme observado pela UAUDI. Neste item foi acrescentado o seguinte: "Cabe destacar que o PEA está alinhado à missão institucional e ao negócio-fim do Centro, bem como está integrado com o PDI elaborado pela comunidade do CEFET/RJ. É necessário reiterar que todo o orçamento da instituição é distribuído de acordo com os objetivos registrados no PDI 2015-2019, e os indicadores existentes, como também aqueles em construção, balizam a performance de cada Centro de Custos envolvido. Ressalta-se que entre os principais objetivos do Plano Estratégico no CEFET/RJ, estão a quantidade e a qualidade dos cursos de ensino médio e técnico, tecnólogo, graduação e pós-graduação oferecidos, o número de alunos matriculados, servidores docentes e administrativos comprometidos com os resultados, dentre outros. Estes indicadores e variáveis fazem parte do sistema de controle em questão, conforme os seguintes documentos disponíveis no Centro: Portaria 654, de 19 de agosto de 2013 ; Portaria 1404, de 18 de setembro de 2015, Norma de serviço nº 03, de 17 de setembro de 2015, e Manual de Planejamento Estratégico remetido aos gestores dos centros de custos da instituição.

Item 3) O Quadro 4.3.8, referente a receita arrecadada em 2015, foi refeito para a inclusão do citado convênio, tendo sido atualizado no relatório de gestão. Segue abaixo o novo quadro.

Quadro 4.3.8 - Receita arrecadada 2015

Item Informação	Fonte Recursos	Fonte Detal	Natureza Receita		• RA - Cód. Recolhimento		2015	
RECEITA ORÇAMENTARIA(LIQUIDA)	00	RECURSOS ORDINÁRIOS	000000	19229900	OUTRAS RESTITUICOES	18818	STN OUTRAS RESTITUICOES (DEDUCOES FOLHA)	272.514,90
				19220700	RECUPERACAO DE DESPESAS DE EXERC.	18806	STN-RECUP. DESP.EXERC. ANTERIORES (FONTE 0100)	40.771,06
				Total				313.285,96
	50	RECURSOS NÃO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	262560	13120000	ARRENDAMENTO ESTOS	28803	ARRENDAMENTOS	656.320,03
				19180200	MULTAS E JUROS DE MORA DE ARRENDAMENTOS	28803	ARRENDAMENTOS	179,21
				19199900	OUTRAS MULTAS	28883	TAXA DE INSCRICAO EM CONCURSO PUBLICO	10,12
				16001300	SERVICOS ADMINISTRATIV	28830	SERVICOS ADMINISTRATIVOS	7.739,04
				16001600	SERVICOS EDUCACION	28832	SERVICOS EDUCACIONAIS	92.140,13
				16005000	TAR. INSCR. CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS	28883	TAXA DE INSCRICAO EM CONCURSO PUBLICO	700.964,00
		28900	TAXA DE INSCRICAO EM VESTIBULAR		80,00			



Ministério da Educação
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
 Conselho Diretor
 UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

			13153000	TAXA DE OCUPACAO DE OUTROS	28804	TAXA DE OCUPACAO DE IMOVEIS	780,66
			Total				1.458.213,19
RECEITA ARRECADADA DA POR GRU	NAO SE APLICA	-9	-9	NAO SE APLICA	18806	STN-RECUP. DESP.EXERC. ANTERIORES (FONTE 0100)	40.771,06
					18818	STN OUTRAS RESTITUICOES (DEDUCOES FOLHA)	272.514,90
					28803	ARRENDAMENTOS	656.499,24
					28804	TAXA DE OCUPACAO DE IMOVEIS	780,66
					28830	SERVICOS ADMINISTRATIVOS	7.739,04
					28832	SERVICOS EDUCACIONAIS	92.140,13
					28883	TAXA DE INSCRICAO EM CONCURSO PUBLICO	700.974,12
					28900	TAXA DE INSCRICAO EM VESTIBULAR	80,00
					68802	DEVOL. DIARIAS-EXERCICIO	3.583,28
					68806	DEVOLUCAO DE SALARIOS	215.610,97
					68816	RESSARC. DE PESSOAL CEDIDO-INTRA ORCAMENTARIA	12.087,24
					68888	ANUL. DESPESA NO EXERCICIO	384.910,27
Receita arrecadada por transferência via convênio Eletronuclear fi	Não se aplica	281256	17610000-	Transferência de Receita de Convênio	28844-6 - Transferência de Convênios da União e suas Entidades		12.463,00
							4.159.190,06
					TOTAL		4.171.653,06

Fonte: Tesouro Gerencial

* Foi utilizado este código de Receita por orientação da SPO/MEC, inclusive detalhamento à época de reajuste e previsão anual da Receita, no valor de R\$1.500.000,00 no Sistema SIMEC, sendo repassado pela ELETROBRAS/ELETRONUCLEAR apenas o valor de R\$ 12.463,00, como custeio para atender a demanda da Meta 4 — Programação Visual.

Item 4) Este item 4.3.7.5 foi incluído no relatório com o seguinte texto: "A instituição não possui uma estrutura de pessoal específica para tratamento, análise e posicionamento das prestações de contas. Entretanto, por meio da Portaria/CEFET-RJ nº 1.479, de 05/10/2015, foi criada a Comissão de Elaboração do Relatório de Gestão do CEFET/RJ do exercício 2015, presidida pelo Diretor de Gestão Estratégica e composta pelos Diretores Sistêmicos do Cento, responsável pela coordenação da confecção do relatório, bem como a consolidação e análise das informações que fazem parte do documento, tudo sob o acompanhamento e tutela da UAUDI e da Direção-Geral."

Item 5) Em resposta a este item, foi incluído o seguinte texto: "Em 2014 o CEFET/RJ se propôs a fazer mudanças estruturais em seu Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI para os anos de 2015 até 2019. Esse documento, bem como seus objetivos se encontra em fase de aprovação dos órgãos colegiados. Por se tratar de um planejamento participativo e devido ao compromisso da transparência, o documento norteador das ações estratégicas do CEFET-RJ teve seu prazo de



Ministério da Educação
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
Conselho Diretor
UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

dimensionamento flexibilizado. Sendo assim, ainda não está totalmente aprovado pelos órgãos colegiados que darão a validação que o documento precisa para sua aplicação. Essa aplicação tem como resultante o desenvolvimento dos indicadores e informações sobre o desempenho operacional da instituição."

Item 6) O item 4.14.4 foi alterado contendo as seguintes informações: Os dados contidos no quadro 4.14.4 são prestados pelo MEC, cabendo ao mesmo responsabilidade nas informações prestadas.

Como a pluralidade de atuações de ensino (integrado, médio e técnico, graduação, pós-graduação) e cursos, e diferentes modalidades de ensino, a análise crítica torna-se comprometida. E isso é escrito de forma repetida no relatório para salientar essa realidade.

Quanto às contribuições efetivas para esses indicadores também permanecem praticamente os mesmos, pois as realidades, estrutural, orçamentárias e acadêmicas foram praticamente as mesmas de 2014, fato comprovado pelos números extraídos e apresentados que possuem similaridades com os de 2015 e/ou variações inexpressivas.

É possível destacar alguns fatos que puderam contribuir para a alteração dos indicadores 2011/2015:

- 1. A diminuição do poder aquisitivo da população atendida pelo CEFET-RJ em face ao novo cenário econômico;*
- 2. A consolidação do ensino integrado que passa a ser de quatro anos, que reduz temporariamente a relação entrantes/concluintes;*
- 3. A nova oferta de cursos de graduação e pós-graduação que reduz a relação entrantes/concluintes;*
- 4. A crescente expansão dos cursos na modalidade a distância;*
- 5. Contratação de docentes e administrativos, o que influencia nos gastos com pessoa e na média ponderada da titulação Docente;*
- 6. A consolidação de sistema de cotas.*

Em 22/03/2016, a DIGES encaminhou o Memorando nº 27/2016, com os seguintes esclarecimentos:

Em atendimento a Solicitação de Auditoria nº 03/2016/03, de 18/03/2016, informamos conforme segue:



Ministério da Educação
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
Conselho Diretor
UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

Item 1) As alterações foram devidamente providenciadas.

Item 2) Alterações providenciadas e itens incluídos. Quanto aos links, estes foram devidamente corrigidos, tendo alguns apresentado problemas de acesso. Sendo assim, solicitamos a manutenção ao setor responsável, conforme ticket #264930 aberto por esta Diretoria.

Item 3) Foram incluídos como anexos, no item 11 do relatório, para demonstração: o Balanço Financeiro — Todos os Orçamentos; Balanço Patrimonial — Todos os Orçamentos; e o Balanço Orçamentário — Todos os Orçamentos. Seguem cópias.

Item 4) Os somatórios foram revistos e devidamente atualizados no relatório, conforme Quadro 8.1.1.1, a seguir:

Quadro 8.1.1.1 — Força de Trabalho da EPC — Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	no Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	1587	1475	204	68
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1587	1475	204	68
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1581	1469	201	68
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	4	4	3	3
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	2	2	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	162	31	24	20
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	1749	1506	228	88

Fonte: DRH

Os demais quadros foram devidamente ajustados conforme solicitado.

Item 5) Os itens citados foram incluídos com a devida informação de inaplicabilidade.



Ministério da Educação
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
Conselho Diretor
UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

Finalmente, também em 22/03/2016, a DIGES encaminhou o Memorando nº 28/2016, no qual expunha o que segue:

Em atendimento a Solicitação de Auditoria nº 03/2016/05, de 21/03/2016, informamos que as atualizações dos links citados foram devidamente providenciadas.

Quanto aos links quebrados, a manutenção foi solicitada de acordo com o ticket #264930, aberto por esta diretoria na presente data.

Todas as alterações realizadas, bem como todas as justificativas dadas atendem ao requerido pela Auditoria Interna.

7. Análise da Auditoria Interna

A relevância em se analisar o Relatório de Gestão de uma Unidade Jurisdicionada (UJ) consiste em evitar inconformidades na apresentação do referido Relatório devido a inobservâncias da legislação em vigor, sob pena de responsabilidade aplicada pelos Órgãos de Controle. Vislumbra-se, portanto, evitar o descumprimento das normas de organização e apresentação, conforme estabelecido na legislação aplicável. No entendimento desta Auditoria Interna, alguns elementos merecem destaque, os quais se encontram elencados na sequência.

- **Ações relativas ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social**

A Ação 20RG (“Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica”) apresentou o empenho de 77,05% da dotação inicial. Todavia, somente 31,60% do empenhado foi liquidado. Dentre o que foi liquidado, 87,35% foram pagos. Em torno de 68,40% do valor empenhado não foi processado em 2015. Quanto aos Restos a Pagar não processados de exercícios anteriores, foram liquidados em 2015 o montante correspondente a 82,18% do total em 01/01/2015. De uma previsão para viabilização de 05 (cinco) projetos, 04 (quatro) foram realizados, correspondendo a 80,00% de cumprimento da meta inicial.



Ministério da Educação
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
Conselho Diretor
UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

Já no caso da Ação 20RL (“Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica”), embora 76,89% da dotação inicial tenha sido empenhada, 59,25% do valor empenhado foi liquidado. Dentre o que foi liquidado, 88,93% foram pagos. Em torno de 40,75% do valor empenhado não foi processado em 2015. Quanto aos Restos a Pagar não processados de exercícios anteriores, foram liquidados em 2015 o montante correspondente a 76,64% do total em 01/01/2015. Ressalta-se que do total de 12.700 – previsto para matrículas de estudantes – foram realizadas 14.901 matrículas, superando em 17,33% a meta inicial.

É possível notar – para ambas as Ações – o contingenciamento não só em relação à dotação orçamentária, como também à de recursos para pagamento dos mesmos, o qual fica evidenciado tanto no montante liquidado quanto no pago ao longo do exercício. Cabe destacar que os valores pagos se aproximaram de 90,00% em relação aos montantes liquidados.

No que tange à Ação 2994 (“Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica”), 79,08% da dotação inicial foi empenhada, enquanto que 86,49% do empenhado foi liquidado. Dentre o que foi liquidado no período, 99,59% foram pagos. Em torno de 13,51% do valor empenhado não foi processado em 2015. Quanto aos Restos a Pagar não processados de exercícios anteriores, foram liquidados em 2015 o montante correspondente a 93,29% do total em 01/01/2015. De uma previsão para concessão de 2.000 benefícios, foram concedidos 2.172, superando a meta inicial em 8,60%.

Não obstante tenha havido contingenciamento no orçamento previsto para o exercício de 2015, é verificado que a UPC honrou em quase 100,00% os pagamentos, demonstrando sua preocupação quanto à manutenção da assistência estudantil.

No tocante à Ação 6380 (“Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica”), embora 75,46% da dotação inicial tenha sido empenhada, apenas 12,69% do empenhado foi liquidado. Dentre o que foi liquidado, 100,00% foram pagos. Em torno de 87,31% do valor empenhado não foi processado em 2015. Não havia Restos a Pagar não processados de exercícios anteriores referentes a essa ação. Da previsão inicial de 01 (uma) unidade a receber apoio, foi cumprida a meta em 100,00%.



Ministério da Educação
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
Conselho Diretor
UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

Quanto à Ação 20RJ (“Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica”), não obstante 63,62% da dotação inicial tenha sido empenhada, 83,33% do empenhado foi liquidado. Dentre o que foi liquidado, 100,00% foram pagos. Em torno de 16,67% do valor empenhado não foi processado em 2015. Quanto aos Restos a Pagar não processados de exercícios anteriores, foram liquidados em 2015 o montante correspondente a 46,40% do total em 01/01/2015. Destaca-se que do total de 02 (dois) projetos previstos para receberem apoio, 01 (um) deles foi realizado e o outro foi reprogramado, tendo sido alcançada 50,00% da meta inicial.

Mesmo antes de haver o contingenciamento da dotação, é factível inferir que o governo federal destinou uma dotação inicial relativamente baixa em 2015 para a UJ no que tange à Educação Profissional e Tecnológica, bem como ao Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica, cujas participações ainda são relevantes na Instituição, independente do projeto de transformação da mesma em Universidade.

- **Restos a pagar de exercícios anteriores**

Mediante análise dos valores inscritos em Restos a Pagar não Processados, é observado que – apesar de haver um aumento de 638,73% em relação ao montante inscrito em 2013 – foram pagos 81,26% dos valores inscritos em 2014, contra 12,03% do ano anterior, 0,07% de 2012 e 1,13% de 2011. Após os cancelamentos realizados – conforme Decreto nº 93.872/1986 e demais normativos aplicáveis – ainda se encontram em aberto para pagamento os valores de R\$3.821.200,17 e R\$1.301.319,91, referentes aos anos de 2014 e 2013, respectivamente.

Com relação aos Restos a Pagar Processados, após os devidos cancelamentos, o saldo a pagar em 31/12/2015 era de R\$585,60 e R\$11.287,86, em 2014 e 2013 respectivamente. Pode-se verificar uma redução de 94,86% no valor inscrito em 2013 (R\$11.384,23) para o que foi inscrito em 2014 (R\$585,60). Não foram observados pagamentos de Restos a Pagar Processados no período.

Pode-se concluir que a redução nos recursos repassados trouxe como consequência a inviabilização do processamento dos restos a pagar não liquidados nos exercícios correspondentes, assim como do posterior pagamento dos referidos montantes. Em verdade, o contingenciamento é claramente



Ministério da Educação
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
Conselho Diretor
UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

verificado já em 2014, dado o valor de restos a Pagar não Processados no exercício (R\$23.962.431,42).

- **Realização de receitas e despesas**

A partir da análise da realização das receitas, é notado que a maior parte da receita orçamentária proveio – em 2015 – de recursos não financeiros diretamente arrecadados, com destaque para taxas de inscrição em concurso público (R\$700.964,00) e arrendamentos (R\$656.320,03), ambos arrecadados por meio de GRU. Destaca-se igualmente o valor de R\$384.910,27 relativo à anulação de despesas no exercício. É factível concluir que a UJ tem como fonte principal de receitas aquelas provenientes das dotações orçamentárias liberadas pela Secretaria de Orçamento Federal (SOF) e dos recursos financeiros repassados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Quanto à realização de despesas por modalidade de licitação, cabe destacar as aquisições através de Pregão, as quais constituíram em torno de 86,12% do total liquidado e 86,40% do total pago em relação às compras por meio de licitação. Assim, cabe mencionar que – embora tenha havido contingenciamento, dado o atual cenário econômico – a UJ procurou manter a regularidade das suas atividades no interstício. A liquidação das compras feitas de forma direta constitui 24,82% das aquisições, contra 75,18% das efetuadas via procedimento licitatório normal em 2015, o que poderia, em tese, caracterizar um comprometimento – por parte da gestão, com o princípio da isonomia – pelo fato de priorizar a competição entre diversos fornecedores, em lugar da utilização do processo simplificado.

Com relação às despesas com pessoal, foi verificado um aumento de 48,34% na remuneração de servidores vinculados ao Cefet/RJ de 2014 (R\$109.820.124,52) para 2015 (R\$162.907.501,10), enquanto que – no mesmo período – é percebida redução em 48,39% na remuneração paga a servidores com contrato temporário (de R\$3.304.227,22 para R\$1.705.379,87). Neste sentido, é possível inferir que o aumento nas remunerações pagas no exercício de 2015 deveu-se ao ingresso de novos servidores nos concursos realizados em 2014 tanto para o quadro de técnicos-administrativos quanto de docentes.



Ministério da Educação
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
Conselho Diretor
UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

• **Resultados dos indicadores de desempenho da rede de instituições federais de ensino tecnológico**

Um importante indicador a ser analisado é a relação concluintes/matriculados, o qual estima a razão entre a quantidade de alunos concluintes em dado ano e os matriculados no mesmo ano. Desde 2013 esse indicador vem aumentando, significando que há mais egressos dos cursos do que matriculados, o que caracteriza uma taxa razoavelmente alta de sucesso entre os alunos da UJ. Por sua vez, é igualmente relevante apontar um aumento do índice de retenção do fluxo escolar, o qual mede a relação entre os alunos retidos e os matriculados em dado ano. Outro indicador que merece destaque é a relação de alunos/docente em tempo integral, que tem apresentado redução contínua desde 2013. Ademais, é imprescindível ressaltar a universalização do ensino, que pode ser observado através do aumento do número de estudantes com renda per capita de até 01 (um) salário mínimo.

• **Demonstrações Contábeis**

Mediante análise das Demonstrações Contábeis da UJ, é possível verificar que:

- a) 56,75% do seu Ativo Circulante (R\$7.321.112,17) é constituído por Caixa e Equivalentes de Caixa;
- b) 99,25% do seu Ativo Não Circulante (R\$213.984.996,41) é composto pelo Imobilizado;
- c) do total do Ativo, 2,97% abrangem o Ativo Financeiro e 97,03% compreendem o Ativo Permanente;
- d) Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo participam com 87,46% do Passivo Circulante;
- e) Resultados de Exercícios Anteriores consistem em 92,68% do Patrimônio Líquido.

A partir do cálculo da Liquidez Corrente² (Ativo Circulante/Passivo Circulante), é verificado que o índice obtido (2,24) demonstra folga nas disponibilidades para uma possível liquidação das obrigações.

Já a Liquidez Seca – que exclui do cálculo anterior os estoques, por não apresentarem liquidez compatível com o grupo patrimonial onde estão inseridos – é similar à Liquidez Corrente pelo fato de não haver Estoques na UJ. Desta feita, é mantida a análise de que há recursos suficientes disponíveis para que sejam honradas todas as obrigações de curto prazo da entidade.



Ministério da Educação
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
Conselho Diretor
UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

O índice de Liquidez Imediata (Disponível/Passivo Circulante) trata-se de um indicador conservador, pelo fato de considerar apenas caixa, saldos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata para quitar as obrigações³. O valor obtido (1,27) confirma a segurança da situação de curto prazo da entidade.

Com o intuito de averiguar a situação de longo prazo da UJ, foi medida a Liquidez Geral⁴, a qual inclui os direitos e obrigações a longo prazo. O resultado obtido (2,22) reflete que a entidade possuirá recursos suficientes para honrar seus compromissos de longo prazo.

Com relação ao Balanço Orçamentário da UJ, é observado um déficit no valor de R\$319.040.509,65 referente à diferença entre as Receitas Realizadas (R\$1.771.499,15) e as Despesas Empenhadas (R\$320.812.008,80), indicando que as receitas orçamentárias foram menores do que as despesas orçamentárias. Não significa necessariamente que a UJ gastou mais dinheiro do que dispunha, e sim que autorizou – no exercício – mais gastos do que os recursos que se encontravam disponíveis no período.

III. CONCLUSÃO

Em face dos exames realizados, nos períodos e escopo previamente definidos, fica constatado que os atos e fatos das referidas ações não comprometeram ou causaram prejuízo à Instituição.

Rio de Janeiro, 28 de abril de 2016.

LUCIANA SALES MARQUES
Auditora-Chefe

² Razão entre os direitos a curto prazo da entidade e as dívidas a curto prazo.

³ Excluindo-se além dos estoques as contas e valores a receber.

⁴ (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo)/(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante).

ANEXO

ANEXO A – Pendências RG 2015

Item	Pendência	Setor responsável	Solicitado
4.3.2.2 Ações/ Subtítulos — OFSS	análise crítica	DIRAP	e-mail passado em 22/02/2015
4.3.2.3 Ações não previstas na LOA do exercício — restos a pagar não processados — OFSS			
4.3.6 Restos a pagar de exercícios anteriores			
4.3.8 Informações sobre a realização das receitas	Aguardando informações		e-mail passado em 23/02/2015
5.15 Estrutura de gestão e controle de demandas judiciais	Informação (pediu-se auxílio à Célia)		e-mail passado em 23/02/2015
7.1 Desempenho financeiro do exercício	Aguardando informações		e-mail passado em 26/02/2015
7.2 Informações sobre as medidas para garantir a sustentabilidade financeira dos compromissos relacionados à educação superior			
7.2.1 Políticas, instrumentos e fontes de recursos para o ensino, pesquisa e a extensão			
7.2.2 Demonstração da alocação dos recursos captados e dos resultados			
7.2.3 Informações sobre os projetos desenvolvidos pelas fundações de apoio regidas pela Lei 8.958/1994	Confirmar resposta		e-mail passado em 29/02/2015
7.7 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas	Aguardando informações	e-mail passado em 26/02/2015	
8.2.5 Demonstração da situação dos imóveis da União			
8.2.8 Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados à atividade-fim			Prefeitura
8.2.9 Patrimônio de propriedade da União de uso da entidade			DIRAP
8.2.10 Informações sobre a infraestrutura física		e-mails passados em 24 e 25/02/2015	

8.3.2 Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDT ⁵	DTINF	e-mail passado em 24/02/2015
8.3.3 Ações relacionadas à recuperação e à modernização dos sistemas		
8.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras	DIRAP	e-mail passado em 29/02/2015
8.5 Gestão de fundos e programas		e-mail passado em 19/01/2015
9.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU	DIREG ⁵	e-mail passado em 29/02/2015
9.2 Tratamento de recomendações do órgão de controle interno (OCI)		
9.4 Medidas administrativas e judiciais para a cobrança da dívida previdenciária e não previdenciária		
9.5 Informações sobre o cronograma de substituição de trabalhadores terceirizados irregulares no âmbito da administração direta, autárquica e fundacional	DIRAP	
9.9 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5 ² da Lei 8666/1993		
9.11 Gestão de precatórios		

Fonte: DIGES.

⁵ Embora o memorando original apresente a UAUDI como setor responsável pela informação, a DIGES corrigiu este dado internamente, tendo sido esta Unidade comunicada deste fato por servidora da referida Diretoria no dia 04/03/2016, por meio de ligação telefônica.